

# **Seriedade, o requisito para a execução**

“Responsabilidade, seriedade e habilidade” são predicados que o governo precisará “ter bem claro” na condução da moratória, segundo a avaliação feita ao Estado pelo advogado Durval Noronha, especialista nas questões jurídicas que envolvem a dívida externa. “É uma situação difícil e até tenebrosa, que exigirá muito cuidado para evitar transtornos maiores do que aqueles já considerados inevitáveis” — advertiu.

Embora ressaltando a escassez de informações sobre como se dará a moratória, ou seja, a sua formulação, Durval Noronha lembrou que a primeira consequência de uma medida como essa, nos moldes como estão redigidos os contratos internacionais, seria o vencimento antecipado da dívida global brasileira, junto aos bancos privados — exatamente a parcela atingida com a suspensão dos pagamentos. Isso significaria, segundo seus cálculos, uma cobrança antecipada de um valor próximo a US\$ 35 bilhões.

Teoricamente, os bancos atingidos poderiam promover “um ataque aos ativos brasileiros no Exterior”, o que poderia resultar na retirada de US\$ 15 bilhões em depósitos interbancários. “A principal consequência desse tipo de medida seria a iliquidez dos bancos privados brasileiros situados fora do País, que precisariam ser nacionalizados para que não quebrassem, já que estão sujeitos à legislação de cada país onde estão instalados.”

Com a retirada dos interbancários, deixaria de existir a alavancagem necessária para o financiamento das importações e exportações brasileiras. Isso levaria a uma queda brutal nas vendas internacionais, não apenas devido à perda de mercados cativos até então, como também em função da violenta redução da competitividade dos produtos brasileiros no Exterior.

Mas a reação em cadeia, provocada por uma declaração de moratória, não pára aí. Muitas empresas que dependem de insumos importados teriam de suspender ou reduzir o nível de produção, o que provocaria uma acentuada queda no nível de emprego. Para essas empresas, a declaração de moratória não poderia ocorrer em pior hora, uma vez que o governo brasileiro, através da Cacex, já vinha adotando uma severa restrição às importações, o que acabou resultando na sangria de eventuais estoques disponíveis.

Outra consequência “danosa”, apontada por Durval Noronha, seria com relação ao capital estrangeiro. “Aumentarão as fugas e diminuirão consideravelmente os investimentos estrangeiros”, estimou o especialista, para quem, “devido ao fracasso na condução da política econômica nos últimos doze meses, será inevitável a ida ao FMI em busca da normalização da situação”.